



Lula cria pacto nacional de prevenção a feminicídios

Emissão de visto de turismo para brasileiros nos EUA cresce quase 40%

Página 6

Queda de energia se deve a erro ou falha técnica, diz Rui Costa

Página 3

Tarcísio propõe cancelar multas por desrespeito a normas na pandemia

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) um projeto de lei (PL) que cancela as multas de quem desrespeitou as normas sanitárias estaduais durante a pandemia de covid-19 — como a obrigatoriedade de usar máscara ou a proibição de realizar festas com aglomeração de pessoas. O PL 1245 de 2023 foi publicado na quarta-feira (16) no diário oficial da Alesp.

Na exposição de motivos do projeto, o governo paulista diz que a manutenção das penalidades aplicadas em decorrência de obrigações impostas para a prevenção e enfrentamento da pandemia de covid-19 “não mais condiz com o fim dos estados emergenciais de saúde pública” e irá sobrecarregar a administração “com o gerenciamento de processos administrativos e de cobranças de multas sem finalidade arrecadatória”.

“Além de gerar um alto custo de processamento de milhares de débitos, a maioria de pequeno valor, a manutenção da cobrança das multas, quando já superamos a fase mais crítica da doença, também não contribui para o desenvolvimento social e econômico do Estado”, diz o texto.

De acordo com dados do governo, foram feitas 10.790 autuações sanitárias por descumprimento das normas de combate à covid-19, que totalizam valor de R\$ 72,1 milhões.

Uma das pessoas que poderá ser beneficiada pelo cancelamento das multas é o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Durante a pandemia, Bolsonaro foi multado pelo governo de São Paulo em diversas ocasiões por não ter utilizado máscara em visitas que fez a algumas cidades paulistas.

O ex-presidente recebeu pelo menos sete multas por descumprir normas sanitárias em São Paulo. A primeira delas foi aplicada após ele ter participado de uma manifestação na capital paulista, no dia 12 de junho de 2021. No dia 25 de junho, uma nova multa foi aplicada por não ter usado máscara em um evento em Sorocaba. A terceira multa foi lavrada no dia 31 de julho, em Presidente Prudente.

Também foram aplicadas três multas por visitas a três cidades na região do Vale do Ribeira, em agosto de 2021: Iporanga, Ribeira e Eldorado. Já a sétima multa foi registrada após ele participar de um ato do dia 7 de setembro de 2021, na Avenida Paulista.

Em 14 de junho de 2023, a Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de mais de R\$ 400 mil das contas do ex-presidente da República pelo não pagamento de multas durante a pandemia do novo coronavírus. (Agência Brasil)

Itamaraty diz que 22 países oficializaram pedido para entrar no Brics



Bandeiras dos países do Brics

Página 6

O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Marcha das Margaridas 2023, em Brasília, na quarta-feira (16), atende ao terceiro dos 13 eixos da pauta de reivindicações políticas das mulheres participantes da mobilização. O de Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo.

O Ministério das Mulheres vai coordenar as ações governamentais com o objetivo de prevenir as mortes violentas de mulheres, em razão da desigualdade de gênero e da violência doméstica. O novo pacto ainda terá a missão de garantir os direitos e o acesso à justiça às mulheres vítimas da violência e aos seus familiares.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que, no ano passado, houve crescimento

de todas as formas de violência contra a mulher. Especificamente sobre os feminicídios, em 2022, 1.437 mulheres mortas, simplesmente, por serem o que são: mulheres. O número representa alta de 6,1% no número de casos, em relação ao ano anterior.

A coordenadora da 7ª Marcha das Margaridas, e secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), a piauiense Mazé Moraes, ao comentar sobre as pautas políticas do movimento, agradeceu ao presidente da República pelo diálogo feito com os ministérios, nos últimos meses. “A marcha de 2023 - diferentemente da marcha de 2019, que foi a marcha da resistência - é, agora, a marcha da reconstrução do Brasil e do bem viver”, disse a coordenadora. Página 3

Estado de São Paulo tem mais de 12 mil vagas de emprego abertas

Página 2

TI quer ser incluída na alíquota diferenciada na reforma tributária

Página 4

Esporte

Turismo Nacional abre segunda parte da temporada em Goiânia

A Turismo Nacional está pronta para a retomada da temporada 2023. A categoria dos carros mais vendidos do Brasil acelera entre 18 e 20 de agosto em Goiânia (GO), que também foi o palco da etapa de abertura do campeonato, no primeiro fim de semana de abril. Passados quatro meses e 18 corridas disputadas, o calendário chega à quarta etapa do ano com previsão de 28 carros no grid. Entrada franca no sábado e domingo e ingresso de visitação aos boxes para as primeiras mil pessoas que chegarem ao autódromo no domingo fazem da competição uma boa opção para o entretenimento familiar no final de semana.

Entre as novidades para a disputa da quarta etapa do ano estão nomes como Eduardo Cavalli e a dupla Wanderson Freitas/Thiago Escobar na classe A, enquanto Dudu Moratelli, Fabrício Fleury e Rafael dos Santos vão acelerar na divisão B.

Além das disputas cada vez mais incríveis na pista, outro atrativo da Turismo

Nacional tem sido justamente o suporte técnico realizado pela Audacetech, o que permite que os pilotos tenham igualdade de condições e um carro bastante confiável, que não dá margem para quebra do conjunto motor e câmbio. Outro destaque é a organização e estrutura entregues pela Vicar, responsável também pela promoção da Stock Car Pro Series, BRB Fórmula 4 Brasil, Stock Series e o TCR no Brasil.

Campeonato — A situação na categoria A aponta para todos contra Juninho Berlanda. O catarinense da Pein Competições dominou a primeira parte do campeonato com 11 vitórias a bordo do seu Toyota Yaris e lidera a tabela com 348 pontos. Entretanto, o campeão da TN PRO no ano passado terá trabalho para lidar com fortes concorrentes como Ernani Kuhn (244), Fabrício Lançoni (242), Pablo Alves (225) e Arthur Scherer (215), que fecham a lista dos cinco melhores colocados na divisão.

A disputa na classe B tem como protagonista até agora outro catarinense. Augusto



Público poderá conferir grandes corridas e belas disputas proporcionadas pela TN

Freitas venceu dez das 18 provas na categoria com Chevrolet New Onix e está na frente com 338 pontos. Um dos seus principais concorrentes é o vice-líder da B, Célio Vinícius (267), que corre em casa neste fim de semana, assim como Ewerson Dias (242), terceiro no campeonato e um dos destaques entre os Sênior, pilotos com idade igual ou superior a 54 anos. Jairo Andrade, também goiano, é o quarto, com 213, e o paranaense Juni-

or Helte é o quinto na tabela, com 193.

Programação e transmissão — Os trabalhos no circuito misto de 3.835 metros, 12 curvas e percorrido no sentido horário começam na próxima quinta-feira com cinco treinos extras, com uma hora de duração cada. A programação para sexta-feira começa às 9h, com o primeiro treino livre. Os pilotos voltam à pista às 13h para mais uma sessão, com 30 minutos de duração. Ainda no pe-

ríodo da tarde, às 16h, começam as classificatórias, que vão definir o grid de largada de quatro das seis corridas da etapa.

O fim de semana tem um sábado com quatro corridas: duas pela manhã e outras duas à tarde. O domingo de uma programação que também contemplará a AMG Cup terá a TN largando para sua quinta corrida na etapa a partir de 9h40. A sexta e última prova do fim de semana da categoria está marcada para 13h20. O público terá acesso gratuito para assistir um verdadeiro festival de velocidade no fim de semana, com direito a passe de visitação aos boxes para as primeiras mil pessoas no domingo, e estacionamento liberado — com vagas limitadas.

A Turismo Nacional terá transmissão ao vivo a partir de sábado no canal oficial da categoria no YouTube e também na Twitch da Tribo do Gaules, com o streamer Vello Vamp, e no canal do streamer Victor Ludgero, também na Twitch.

Campeões assumem a liderança no Sertões

Quarta das oito etapas do Rally dos Sertões BRB, o trecho de 323km entre Xique-Xique (BA) e Petrolina (PE) encerrou a fase maratona da prova, na qual as equipes não podem socorrer as duplas em apuros. Na soma dos dois dias da maratona, pilotos e navegadores cruzaram 730km de trecho cronometrado, acumulan-

do mais de dez horas competindo, em um exaustivo percurso que custou acidentes e quebras para dezenas de competidores das três categorias — também estão competindo carros e motos. Foi nesse cenário que a dupla Rodrigo Varela e Matheus Mazzei assumiu a liderança da classificação geral do Sertões na categoria UTV, depois de chegar

em segundo na quarta etapa.

“Uma das grandes preocupações das equipes em rallies como o Sertões e o Dakar é justamente a fase maratona, que sempre une dois dias muito longos e difíceis nos quais as duplas têm que se virar sozinhas no meio da trilha, sem apoio técnico. Tivemos que ser muito resilientes e, em especial, ter muita

paciência”, disse o piloto Varela, que juntamente com Mazzei é o atual campeão do Sertões. “Temos mais de 90 UTVs inscritos, gente muito competente e experiente, então esse resultado que obtivemos foi maravilhoso, especialmente porque no colocou na liderança geral da corrida. Temos que valorizar muito. Faltam ainda mais quatro dias de

prova, somando uns 850km cronometrados. Mas já estamos muito felizes com o que conseguimos até aqui”, completou o piloto da equipe Varela Can-Am Monster Energy.

A vitória na quarta especial foi da dupla Tatá Xavier/Neurivan Calado. Varela e Mazzei chegaram 2min27s atrás dos vencedores do dia.

SP apresenta PPA inédito, guiado por dados e otimização de metas até 2027

O Governo de São Paulo encaminhou na terça-feira (15) à Assembleia Legislativa o PPA 2024-2027. O Plano Plurianual reúne diretrizes, objetivos estratégicos e programas governamentais com recursos, indicadores e metas para o próximo quadriênio e está publicado na edição do Diário Oficial de quarta-feira (16).

Sob a liderança do governador Tarcísio de Freitas, o Plano Plurianual tem formato inédito neste ano, priorizando gestão orientada por dados e otimização de metas. O texto se baseia na premissa do PPA base zero, com diagnóstico setorial regionalizado e análises que permitiram a identificação de novos desafios e oportunidades, o aprimoramento de programas bem-sucedidos e a criação de novas ações.

"Fizemos um diagnóstico de cada região de São Paulo para conhecermos a real situação dos programas, como atendem à po-

pulação e quais são as necessidades de hoje. Estamos olhando para frente, construindo políticas públicas que levem desenvolvimento e dignidade e que estejam alinhadas às metas prioritárias da gestão e aos anseios de nossa sociedade", afirma o governador.

A elaboração da proposta foi coordenada pelas Secretarias da Casa Civil e da Fazenda e Planejamento, com a participação dos secretários de Estado e também da população, por meio de 18 audiências públicas realizadas ao longo de 2023 em todas as regiões administrativas e metropolitanas paulistas.

Como resultado desse trabalho coletivo, o novo PPA contém 12 Objetivos Estratégicos que representam a transformação social mediante execução dos programas estaduais até 2027. As propostas refletem os compromissos da gestão e visam a redução da vulnerabilida-

de social; o fortalecimento do empreendedorismo e da competitividade do setor produtivo; e a modernização da política fiscal e tributária (confira a lista completa abaixo).

A nova modelagem do PPA também possibilitou a eliminação de ações duplicadas e sobrepostas e a busca pela complementariedade e integração setorial, fundamentais à maximização da eficácia e da eficiência das políticas públicas.

"As últimas gestões partiam de ações e programas previamente existentes que recebiam ajustes pontuais das secretarias de Estado. Nós partimos de outra premissa. Ou seja, partimos de uma 'folha em branco' em que construímos novos programas, produtos e ações para atendimento às demandas da sociedade e promoção do desenvolvimento estadual. A estrutura deste PPA reflete as características da gestão comandada pelo governador Tarcísio ao integrar

planejamento, técnica, propósito e inovação", ressalta o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima.

Algumas das principais necessidades mapeadas serão contempladas por ações desenvolvidas conforme os diagnósticos realizados. Entre as iniciativas pioneiras estão o programa Integra Tietê, focado no cuidado integrado com o maior rio paulista, ações para universalização do saneamento e proteção ambiental; e o São Paulo Olímpico, direcionado ao desenvolvimento de talentos desde a fase escolar.

"O PPA expressa as prioridades de governo e elenca os objetivos estratégicos, facilitando o monitoramento da sociedade, tendo sido elaborado segundo as melhores práticas internacionais e calçado no orçamento por resultados", destaca Samuel Kinoshita, secretário da Fazenda e Planejamento. "Trata-se de uma peça construída de maneira sé-

ria e refletida, que fundamentará as ações de planejamento do Estado", completa.

Entre as prioridades da atual gestão, destacam-se a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho contemplando a população economicamente ativa, além da população em situação de vulnerabilidade; promoção de políticas públicas para as mulheres; e ampliação do combate ao crime organizado.

Há ainda ações focadas em áreas estratégicas, como expansão do teleatendimento de saúde para diferentes áreas e níveis de complexidade; plano integrado para Transtorno do Espectro Autista (TEA); crédito e subvenção para desenvolvimento rural sustentável; fomento do comércio exterior; implantação e extensão de linhas de trem e metrô; transição energética; e modernização tecnológica dos serviços públicos entre outras.

Outra medida inovadora é a possibilidade de revisão do PPA

ao longo do quadriênio, visando assegurar a evolução das ações e o cumprimento das metas. O mecanismo proposto pelo Governo do Estado permitirá alterar, incluir ou excluir indicadores; fundir ou desmembrar programas; e alterar metas desde que não modifiquem o objetivo do programa e público-alvo, visando a definição de rotas assertivas para alcance de metas mediante uma gestão orientada por avaliações e busca por resultados. Essas revisões serão publicadas em portal do Governo do Estado e deverão ser informadas à Alesp e ao Tribunal de Contas do Estado. A inclusão ou exclusão de programas e seus atributos que alterem os valores globais das programações serão propostas por meio de projetos de lei dos orçamentos anuais.

O acompanhamento do PPA 2024-2027 pela população pode ser feito no site: <http://planejamento.sp.gov.br/ppa/#prestando>

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA

Situação do PSDB municipal : presidente Fernando Alfredo tá cobrando a fatura do que aconteceu em 2016 e 2020 (eleições de Doria e reeleição de Covas). Fernandão se acha o maior líder popular que o partido já teve ...

(São Paulo)

... O problema é que o maior líder municipal não consegue combinar com os atuais donos e sócios preferenciais (estadual e nacional), que podem intervir e até destituí-lo do cargo, ou constituir uma comissão provisória

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Eleito deputado em 2022, pelo PL, o deputado Bruno - irmão da reeleita deputada federal Carla Zambelli (PL SP) - tá muito prejudicado pelo que pode rolar com a irmã, que pode até ser cassada, como foi Dallagnol (Lava Jato)

GOVERNO (Brasil)

Eleito em 2022, Tarcísio Freitas (ainda no Republicanos) pode não se filiar imediatamente a outro partido, caso se retire do partido que terá um ministério no 3º governo Lulista do PT. Em tempo: o PP tá com as portas escancaradas

CONGRESSO (Brasil)

Vale muito a pena todos os 69 deputados federais pelo Estado de São Paulo saberem o que tá pensando e fazendo o coordenador da bancada (SP) Antonio Carlos Rodrigues (PL). Ele sabe muito, fala pouco e cumpre tudo

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT) vive pelo menos 1 pesadelo por noite. Desde ter que dizer - novamente - que nada sabia sobre o que fazem em nome dele, até ter que assumir perigosas negociações com os donos e sócios do poderoso Legislativo

PARTIDOS

Já que os grupos de pressão [lobbys] não precisam mais esconder quem são, que tal os partidos usarem suas Fundações pra dar 'cursos de formação' e não 'procuração' pra vendedores do que muitos deles não têm pra entregar ?

JUSTIÇAS (Brasil)

Verdadeira 'briga de faca' entre homens e até mulheres - junto ao Lulismo (3) - pra serem indicados à cadeira que vagará com a saída da elegante Rosa Weber. Pode vir de qualquer lugar, desde que seja fiel e leal ao dono do PT

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), como "referência das liberdades possíveis"

cesar@cesarneto.com

Estado de São Paulo tem mais de 12 mil vagas de emprego abertas

O Estado de São Paulo tem atualmente 12.364 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador - os PATs -, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 4.805 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 7.294 vagas disponíveis, e outras 265 no li-

toral. Além da Região Metropolitana de São Paulo, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 2.846 vagas; e a de Sorocaba, com 1.379.

Elas são seguidas pela região de Marília, que tem 577 vagas disponíveis; pelo Vale do Paraíba, com 537; e Ribeirão Preto, com 360 postos abertos.

As ocupações com o maior

número de postos abertos são as Alimentador de Linha de Produção, Auxiliar de Logística, Faxineiro, Operador de Telemarketing e Atendente de Lanchonete.

Os números das oportunidades disponíveis são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs tam-

bém oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações você pode acessar o portal do governo de São Paulo, procurar o posto de atendimento ao trabalhador mais próximo de você ou a Prefeitura do seu município.

20 empresas paulistas vão à maior feira de jogos eletrônicos do mundo

Somente no Brasil, o mercado de games movimenta US\$ 2,3 bilhões por ano. Para impulsionar a participação de desenvolvedoras paulistas neste segmento e fortalecer a diversificação da economia estadual dentro e fora do país, o Governo de São Paulo vai levar até 20 empresas paulistas para a Gamescom, maior feira de jogos eletrônicos do mundo. O evento será realizado entre os próximos dias 23 e 27, na Alemanha.

A iniciativa integra o programa CreativeSP, desenvolvido em parceria entre a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e a InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O programa promove o intercâmbio en-

tre empresas do setor de economia criativa, incentiva a geração de negócios e atrai investimento nacional e estrangeiro para São Paulo.

O CreativeSP é focado em eventos dos setores de tecnologia, inovação, entretenimento, cultura, audiovisual e literatura. A ação oferece um reembolso máximo de US\$ 3 mil em despesas elegíveis para custear até 50% dos gastos das empresas com a viagem. Também promove eventos de networking nas missões internacionais e oferece ações de consultoria, monitoramento de resultados e acompanhamento pós-evento.

"Nossa missão é promover a pluralidade cultural como força empreendedora. Há muitas oportunidades no mercado de

games, que cresce exponencialmente todos os anos. Pensando em potencializar esse cenário, anunciamos recentemente um investimento de R\$ 18 milhões nessa indústria, via Lei Paulo Gustavo, e agora levaremos empresas para a maior feira de jogos eletrônicos do mundo", afirma a secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas, Marília Marton.

A Prefeitura de São Paulo e a Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Digitais (Abragames) são parceiras do Governo do Estado na missão para a Gamescom, que ainda contará com suporte do escritório europeu da InvestSP, sediada na Alemanha.

Mercado em expansão

Dados da Abragames apom-

tam que os jogos eletrônicos movimentam anualmente cerca de US\$ 2,3 bilhões no Brasil. O país é considerado o décimo maior mercado do mundo e referência internacional - mais da metade das empresas nacionais comercializa games no cenário internacional.

A Abragames também mostra que três em cada quatro brasileiros jogam com frequência, boa parte pelo celular. O alto número de consumidores contribuiu para a disparada do número de estúdios de games no país, que pulou de 133 para 1.009 nos últimos oito anos. A indústria de jogos eletrônicos emprega mais de 12 mil pessoas no país, com a maior parte das empresas (57%) concentrada na região Sudeste.

Unidades do Sesc em SP promovem atividades no Agosto Indígena

Unidades do Sesc da capital e da Grande São Paulo realizam durante este mês de agosto, quando se celebra o Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto), cerca de 150 atividades que chamam a um exercício coletivo de valorização da diversidade dos povos originários do Brasil, por meio de apresentações, oficinas, exibição de filmes, feira literária, vivências coletivas, contação de histórias, cursos e visitas a aldeias em diferentes localidades. As ações acontecem em 35 unidades do Sesc, sendo 20 na capital e 15 na Grande São Paulo, no interior e litoral do estado.

A técnica da Gerência de Estudos e Programas Sociais do Sesc SP Tatiana Amaral disse que o propósito da ação é revelar e valorizar a diversidade cultural dos povos indígenas na atualidade, seus conhecimentos e seus saberes.

Para quem quer conhecer os cantos e danças dos Guaranis da cidade de São Paulo, Tatiana recomenda o cinema indígena. "Haverá o lançamento do filme

da Kerexu Martin, que tem 21 anos, e é uma jovem Guarani da Terra Regina. Vai ter o bate-papo Miradas Femininas com a presença de mulheres indígenas e a exibição de filmes, que acontecem nesta quinta-feira (17) e no sábado (19), e é bastante relevante porque o cinema indígena tem sido um meio muito eficaz para os povos indígenas fortalecerem conhecimentos, práticas e sobretudo desconstruir estereótipos e preconceitos, especialmente aqueles que colocam os indígenas como a cultura dos seres que fazem usos das tecnologias não indígenas. O cinema indígena mostra que por meio desses registros as comunidades, as pessoas indígenas, conseguem dar visibilidade e fortalecer a circulação de muitas coisas importantes para suas culturas entre gerações", explicou Tatiana, que é cientista social, especializada em Etnologia Indígena.

No Sesc Itaquera, Tatiana recomenda a visita mediada no Planetário do Carmo. "É uma ação bastante diferente, porque

quem vai fazer a mediação dessa visita no planetário é o Antony Karai Poty". Professor, escritor e ativista indígena, Poty vai contar um pouco sobre os modos de vida indígenas e a relação desses povos com o céu.

Outro destaque da programação é a ação O céu dos povos Tukano: entre miradas e histórias. Com Durvalino Moura Fernandes, kumu da etnia Desana (Kisibi na língua Desano) e Walmir Thomazi Cardoso, astrônomo, com mediação de Melissa Oliveira, antropóloga.

"O Durvalino Moura Fernandes vem de uma região de difícil acesso do Rio Tiquié, no Alto Rio Negro [Amzonas]. Ele vai conversar com Walmir, que nos anos 2000 foi para o Rio Tiquié e levou um programa de computador e fez a comparação e mapeamento das estrelas e constelações dos povos Tukano e Dasana, com as constelações e estrelas ocidentais. Ele vai também fazer narrativas míticas relacionadas às estrelas".

A atividade também contará

com transmissão ao vivo no youtube do Sesc Sorocaba.

Para a técnica do Sesc, ações como o Agosto Indígena têm o objetivo de mostrar que os povos indígenas não são do passado. "As suas lutas, suas práticas, seus conhecimentos, são atualizados e muito importantes para que a gente possa ter uma sociedade mais educativa, e assim dar visibilidade à qualidade desses povos e desconstruir a ideia de que indígena deixa de ser indígena se usar o celular, se habitar uma grande cidade".

Segundo Tatiana, ser indígena "não é ficar congelado em uma imagem que se constrói, uma imagem equivocada. Eles são pessoas que podem fazer o que quiserem, podem estar nos lugares que quiserem e seguirão sendo indígenas".

O Censo Demográfico 2022 mostrou que 1.693.535 pessoas se declaram indígenas no Brasil, correspondendo a 0,83% da população residente do país, distribuídas por 4.832 municípios. (Agência Brasil)

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822
CEP: 01332-030 Fone: 3258-1822 Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR
Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50
Jornalista Responsável Maria Augusta V. Ferreira Mtb. 19.548
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Lula cria pacto nacional de prevenção a feminicídios

O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Marcha das Margaridas 2023, em Brasília, na quarta-feira (16), atende ao terceiro dos 13 eixos da pauta de reivindicações políticas das mulheres participantes da mobilização. O de Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo.

O Ministério das Mulheres vai coordenar as ações governamentais com o objetivo de prevenir as mortes violentas de mulheres, em razão da desigualdade de gênero e da violência doméstica. O novo pacto ainda terá a missão de garantir os direitos e o acesso à justiça às mulheres vítimas da violência e aos seus familiares.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que, no ano passado, houve crescimento de todas as formas de violência contra a mulher. Especificamente sobre os feminicídios, em 2022,

1.437 mulheres mortas, simplesmente, por serem o que são: mulheres. O número representa alta de 6,1% no número de casos, em relação ao ano anterior.

A coordenadora da 7ª Marcha das Margaridas, e secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), a piauiense Mazé Moraes, ao comentar sobre as pautas políticas do movimento, agradeceu ao presidente da República pelo diálogo feito com os ministérios, nos últimos meses. “A marcha de 2023 - diferentemente da marcha de 2019, que foi a marcha da resistência - é, agora, a marcha da reconstrução do Brasil e do bem viver”, disse a coordenadora.

“Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede”, afirma a coordenadora da 7ª Marcha das Margaridas”, Mazé Moraes.

Prevenção a feminicídios
De acordo com o Ministério das Mulheres, como ação

inicial do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, serão entregues 270 unidades móveis para realizar o atendimento direto de acolhimento e orientação às mulheres, além de 10 carros, em que a metade servirá para locomoção das equipes e a outra parte para transportar os equipamentos de atendimento às usuárias.

Nas localidades onde é necessário o serviço fluvial para o atendimento das mulheres das florestas, das águas e do Pantanal, o Ministério das Mulheres vai encaminhar barcos e lanchas.

Além do Ministério das Mulheres, o comitê gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios é composto pelos ministérios da Igualdade Racial; Povos Indígenas; dos Direitos Humanos e da Cidadania; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; da Educação; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; de Gestão e Inovação em Serviços Públicos; do Planejamento e Orçamento, e Casa Civil da Pre-

sidência da República.

Durante o ato, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, destacou que o governo federal quer ficar mais próximo da população. “Essa marcha está em Brasília, mas, a partir de agora, são o governo e o Ministério das Mulheres quem vão marchar até vocês, para que nós possamos, de fato, garantir resultados e efetividade das políticas públicas para as mulheres brasileiras”.

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse não quer ministro em Brasília. Ele quer ministros nos lugares onde tiver o problema. Por isso, nós, os ministros, estaremos com vocês, para que nós possamos resolver”, declarou a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

Margaridas no foco
Outras medidas voltadas para as mulheres, que são o público da Marcha das Margaridas, foram anunciadas pelo ministério. Uma delas é a criação do Fórum Nacional Permanente de En-

frentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, com o objetivo de elaborar, propor, avaliar e monitorar políticas de prevenção e de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Para estimular a autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda das mulheres, o governo federal instituiu o Fórum para a Promoção de Estratégias de Fortalecimento de políticas públicas de autonomia econômica e cuidado com mulheres da pesca, aquicultura artesanal, marisqueiras e outras trabalhadoras das águas.

Escuta e relacionamento
O governo quer ouvir de perto as mulheres, nas localidades onde vivem. Conhecendo melhor a realidade delas, o Ministério das Mulheres acredita que poderá garantir a proteção de direitos e acertar mais na construção de políticas públicas adequadas à realidade vivida.

O programa “Oi, Mulheres!”, que é a Ouvidoria Itinerante do

ministério, vai levar profissionais da pasta para escutar as mulheres diretamente nos espaços que elas moram. Serão beneficiadas pelo serviço aquelas em situação de vulnerabilidade e submetidas a violações de direitos; mulheres indígenas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, de terreiro, em situação de rua, catadoras de materiais recicláveis, pescadoras, trabalhadoras do campo, privadas de liberdade, vítimas da violência policial, além de mulheres que vivem em situações de riscos, desastres, deslocamentos forçados e outras crises.

O Ministério das Mulheres também firmou uma parceria com os Correios para garantir que as mulheres possam enviar cartas à Ouvidoria Mulheres sem custo de remessa. A medida estabelece um canal de denúncia de violações de direitos, especialmente, para mulheres em situação de vulnerabilidade, invisibilizadas ou excluídas digitais. (Agência Brasil)

Governo ainda busca identificar causas do apagão

As principais autoridades do sistema elétrico brasileiro continuam tentando identificar as causas e os reflexos do apagão energético que, na terça-feira (15), deixou cerca de 29 milhões de brasileiros sem energia em quase todo o país, com exceção do estado de Roraima.

Em Brasília, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, se reuniu com o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi, e a presidente interina da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Angela Regina Livino de Carvalho.

Segundo o governo federal, o problema pode ter começado devido à ocorrência de dois

eventos simultâneos: um no Ceará e outro em um ponto do sistema ainda não identificado. No Ceará, a ocorrência causou uma falha operacional, afetando a interligação da rede entre as regiões Norte e Sudeste, que gerou uma reação em cadeia, forçando a interrupção do fornecimento energético para as regiões Sul e Sudeste como forma de evitar maiores danos ao sistema.

De acordo com o ONS, a interrupção do serviço começou por volta das 8h31 de terça-feira, em quase todo o país, e o fornecimento de energia só foi restabelecido às 14h49. O operador deve apresentar um relatório preliminar sobre as prováveis causas do problema até esta

quinta-feira (17).

Ainda na tarde de terça-feira, o ministro Alexandre Silveira classificou a ocorrência como “um evento extremamente raro”. Além das providências adotadas no âmbito do Ministério de Minas e Energia, Silveira disse que pedirá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para que a Polícia Federal investigue o ocorrido e à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que acompanhe a apuração.

O Ministério da Justiça informou que recebeu o pedido oficial de investigação do MME e, ainda nesta quarta-feira, encaminha à Polícia Federal. A Abin não respondeu à reportagem até o momento.

Na manhã de quarta-feira, ao participar do programa *Bom Dia Ministro*, no **Canal Gov**, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, confirmou que ainda não há explicações para a queda de energia. “Falei hoje pela manhã com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Estamos determinados e cobrando urgência para o detalhamento das causas desse apagão. Não há razão para este apagão”, disse Costa, afirmando confiar no sistema elétrico nacional.

Para o ministro da Casa Civil, o problema não se deve à falta de capacidade de geração, mas a provável erro ou falha técnica, o que está sendo apurado. (Agência Brasil)

Queda de energia se deve a erro ou falha técnica, diz Rui Costa

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse na quarta-feira (16) que, até o momento, não há razão que explique a queda de energia ocorrida na terça-feira (15) em várias partes do país. Em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro*, produzido pela **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, Costa reiterou a confiança no sistema elétrico nacional e disse que o ocorrido não se deve a falta de capacidade de geração, mas a provável erro ou falha técnica.

“Falei com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Estamos determinados e cobrando urgência para o detalhamento das causas desse apagão. Não há razão para este apagão”, declarou o ministro.

Ele lembrou que, em outras situações, o país viveu apagões, mas por crise de geração de energia. “Ou seja, os reservatórios de água estavam em baixa e havia mais demanda que oferta de energia. Isso levava ao colapso do sistema. Não é o caso nesse momento. Estamos com sobra de energia. Os reservatórios estão cheios e temos um parque eólico e solar gerando muita energia. Então não há razão nem de oferta, nem de demanda para ter tido esse colapso”, acrescentou.

“Foi erro ou falha técnica”, emendou. “Precisamos agora identificar o que aconteceu. Espero que, o mais rápido possível, consigamos dizer à sociedade”, complementou ao informar que Alexandre Silveira já solicitou investigações inclusive policiais sobre o episódio, caso não haja, por parte dos operadores do sistema, uma “resposta firme” que esclareça a todos sobre o que causou a queda de energia.

PAC
Durante a entrevista, Rui Costa respondeu algumas perguntas sobre o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele reiterou as garantias dadas pelo presidente Lula, de que todas as obras serão tocadas independentemente de partido ou grupo político ao qual governadores e prefeitos estejam ligados.

Ele disse que há vontade política por parte do governo em ajudar empresas a retomarem seu equilíbrio financeiro para finalizarem obras paralisadas. Nesse sentido, foi elaborado um roteiro com a ajuda do Tribunal de Contas da União (TCU) para reabilitar contratos ou, se for o caso, viabilizar a relicitação.

Rui Costa acrescentou que alguns projetos em tramitação no Congresso Nacional po-

dem influir diretamente para o bom andamento do PAC, e que eles estão sendo acompanhados de perto pelo governo federal. “Fizemos uma lista desses projetos. Vamos agora chamar autores e relatores para dialogar”.

Segundo o ministro, a experiência adquirida nas edições anteriores do plano ajudará na implementação da nova etapa, inclusive para viabilizar os investimentos privados planejados para a atual edição.

“Temos plano de investimentos que envolve todas as áreas e estados. O PAC 1 foi o primeiro plano, e muitos estados e municípios não tinham projeto naquele momento. Tivemos portanto um período inicial, até decolar as obras. No PAC 2, o desempenho foi muito superior, e teve um percentual de execução bastante elevado”, disse.

“Agora lançamos o novo PAC. Ele se diferencia dos outros dois porque tem um peso muito maior no investimento privado, via parcerias público privado (PPPs). Contamos com muitos projetos de concessão pública nas áreas de saúde, educação, estradas, infraestrutura. Estimamos um total de investimento privado da ordem de R\$ 1,7 trilhão”, complementou.

Juros
Rui Costa disse que a queda da taxa básica de juros (Selic) tem papel relevante para dar viabilidade aos investimentos no país e, consequentemente, na geração de emprego e renda.

“Espero que continue cair de forma acelerada a economia brasileira. Ela estava absurda no patamar de 13,75%. Caiu 0,5 ponto percentual e esperamos que caia mais na próxima reunião do Copom, porque isso é o que gera emprego”, disse.

Segundo Costa, as pessoas não investem em empreendimentos produtivos porque preferem aplicar seu dinheiro no mercado financeiro, quando este oferece retorno mais alto por meio de juros. “Aí gera toda essa crise de desemprego, fechamento de lojas e de empresas. Mas quando a taxa de juros começa a cair, todo mundo volta a desejar fazer investimento e gerar emprego”.

“Por isso que nós queremos aproveitar essa queda dos juros para organizar o plano de investimento privado e público. Queremos estimular todo mundo a fazer seu investimento e, assim, retomarmos o crescimento e a esperança no Brasil”, completou. (Agência Brasil)

Paraná mantém nota máxima em ranking do Tesouro Nacional sobre dados contábeis

O Governo do Paraná conquistou a nota máxima (A) na edição 2023 do Ranking Siconfi, publicação anual da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que avalia a qualidade das informações fiscais e contábeis dos entes federativos do Brasil. O Estado alcançou índice de 96,1% no desempenho contábil.

Desde 2019, quando obteve 87%, o Estado registra crescimento na qualidade das informações. Em âmbito nacional, o Paraná obteve o 7º lugar no ranking geral das unidades da Federação, subindo duas posições em relação ao ano anterior.

O Ranking Siconfi tem como objetivo avaliar a consistência e a qualidade dos relatórios e demonstrativos contábeis e fiscais enviados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Entre os documentos encaminhados estão a Declaração de Contas Anuais (DCA), o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Matriz de Saldos Contábeis (MSC).

A diretora da Contabilidade-Geral do Paraná na Secretaria da Fazenda (Sefa), Gisele de Car-

valho Carlotto Rodrigues, destaca a disciplina rigorosa na gestão dos prazos, bem como a constante verificação da integridade dos dados e o monitoramento contínuo das informações contábeis.

O Departamento de Contabilidade da Diretoria de Contabilidade-Geral da Sefa, encarregado das prestações de contas ao controle externo, é o órgão que atua para assegurar a qualidade das informações que o Estado apresenta às entidades, inclusive ao Tesouro Nacional.

O processo de consolidação das informações envolve também as diretorias da Secretaria da Fazenda e os núcleos setoriais financeiros de cada pasta, órgão e entidade da administração estadual, que alimentam o Sistema Integrado de Administração Pública (SIAP) com precisão.

“Nos últimos anos, o Paraná tem se destacado por seu compromisso evidente com uma gestão fiscal responsável, aprimorando a transparência e cuidando da qualidade dos dados apresentados. Esses esforços têm gerado resultados positivos, consolidando o Estado como um exemplo de governança efi-

caz”, diz Gisele.

De acordo com a contadora-geral, o apoio da alta gestão da Secretaria da Fazenda e o empenho dos servidores envolvidos na consolidação do balanço e no lançamento dos dados nos órgãos competentes são fatores cruciais para o reconhecimento da nota A. “O capital intelectual presente no Estado faz uma diferença significativa nesses destaques”, diz.

Segundo o Tesouro Nacional, a 4ª Edição do Ranking Siconfi apresentou um aumento substancial no número de itens verificados. Atualmente, o levantamento faz 141 verificações distintas, mais do que o dobro em comparação com a primeira edição. “Desde a primeira edição do ranking, observa-se um empenho muito grande dos entes para melhorar a qualidade de suas informações e, consequentemente, melhorar o seu desempenho”, destaca texto do Tesouro Nacional.

O ranking é dividido em quatro dimensões de avaliação: Gestão da informação; Informações contábeis; Informações fiscais, e cruzamento das informações contábeis e fiscais. Nas duas úl-

timas o desempenho do Paraná foi de 100%.

“O compromisso com a qualidade das informações é essencial para promover a transparência governamental. Dados confiáveis permitem visualizar como os recursos públicos são usados e acompanhar as ações do governo e amparar de maneira mais sólida e eficaz as tomadas de decisão pelo setor público”, acrescenta a contadora-geral do Estado.

Tal ênfase refletiu-se também, no fim de 2022, no reconhecimento do Paraná como a segunda máquina pública mais eficiente do País, de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública (CLP). O levantamento considera a qualidade da informação contábil e fiscal, entre diversos outros fatores, como equilíbrio de gênero na remuneração e no emprego público, oferta de serviços digitais, qualidade da informação contábil e fiscal, índice de transparência, custos do Executivo, Judiciário e Legislativo versus PIB, eficiência do Poder Judiciário e produtividade dos magistrados. (AENPR)

Aras opina a favor de ação da AGU contra lei que privatizou Eletrobras

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou na quarta-feira (16) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer a favor da ação que contesta a constitucionalidade de dispositivos da Lei 14.182/2021, norma que autorizou a privatização da Eletrobras.

Em maio deste ano, a Advocacia-Geral da União (AGU) contestou no STF o trecho da norma que trata da redução da participação da União nas votações do conselho da empresa. Segundo a AGU, a lei proibiu

que acionistas exerçam poder de voto maior que 10% da quantidade de ações.

Na petição, a AGU ressaltou que o objetivo da ação não é reestatizar a Eletrobras, mas resguardar o interesse público e os direitos de propriedade da União.

Ao analisar o caso, Aras entendeu que a União era acionista majoritária antes da privatização e foi prejudicada pela limitação no poder de voto nas assembleias da companhia. A União tem cerca de 43% das

ações ordinárias da empresa.

Para o procurador, o patrimônio da União foi depreciado sem ressarcimento financeiro.

“Procede o pedido formulado nesta ação direta de inconstitucionalidade, a fim de restabelecer a integridade do patrimônio público, e a União há de recuperar o poder de voto na Eletrobras na proporção de suas ações ordinárias”, opinou Aras.

No documento, o procurador-geral ainda sugeriu tentativa de conciliação entre a Eletro-

bras e o governo federal antes do julgamento do caso, que não tem data para ser analisado. O relator da ação é o ministro Nunes Marques.

A privatização da Eletrobras foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro em 2021.

A empresa detém um terço da capacidade geradora de energia elétrica instalada no país. A companhia também tem quase a metade do total de linhas de transmissão. (Agência Brasil)



TI quer ser mais barato na alíquota diferenciada da reforma tributária

Relatório pede uso de câmeras por policial penal e armas menos letais

Celas superlotadas, alimentação mal cozida e insuficiente, falta de abastecimento adequado de água, banheiros em péssimas condições de uso e detentos doentes e sem tratamento médico. Esse foi o cenário encontrado pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), colegiado ligado ao Ministério dos Direitos Humanos, durante visitas feitas a presídios em 2022.

Nas inspeções, foram identificados ainda presos submetidos a castigos, como permanecer em exposição ao sol por longos períodos, e com ferimentos resultantes de ações por parte dos agentes penais, como espancamentos e marcas de balas de borracha.

O relatório Tortura Sistemática e Democracia na Encruzilhada, divulgado na quarta-feira (16), foi realizado após 45 visitas, feitas pelos peritos em 2022, a prisões de oito unidades da Federação (Amazonas, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe).

A partir do cenário encontrado, o colegiado recomenda a extinção da Força Tática de Intervenção Penitenciária (FTIP), uso de câmeras de filmagem pelos policiais penais e de armas menos letais em operações dentro das unidades prisionais. O documento traz 53 recomendações aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para o fim da tortura e maus-tratos nos presídios e demais instituições de privação de liberdade do país.

“O objetivo primordial do MNPCT em visitar espaços de privação de liberdade é exercer um controle externo ao identificar que a falta de rotina institucional nas áreas da saúde, trabalho, assistência, educação, fornecimento de insuportáveis básicos de higiene e alimentação geram oportunidades para violação de direitos, tortura e maus tratos que, historicamente, são invisíveis tanto para a sociedade quanto a autoridades públicas”, informa o relatório. (Agência Brasil)

Representantes de empresas do setor de tecnologia da informação (TI) reivindicaram a inclusão do segmento no regime tributário diferenciado previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, que trata da reforma tributária. O texto, atualmente em tramitação no Senado, não incluiu esses setores nos regimes diferenciados em relação às regras gerais, que preveem, entre outros pontos, a alíquota zero do imposto ou com redução de 60%. Para o segmento, caso o texto não seja alterado, haverá o aumento no imposto recolhido, com repasse para os consumidores de serviços digitais, de TI e de internet.

A proposta de reforma tributária visa a substituição de cinco impostos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por dois impostos de valor agregado, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e um Imposto Seletivo. Para alguns setores, como serviços de educação, saúde, medicamentos, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência, transporte coletivo, entre outros, o texto propõe uma alíquota reduzida em 60% e isenção do imposto seletivo.

Durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnolo-

gia, Inovação e Informática (CCT) do Senado na quarta-feira (16), o vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo), Marcio Gonçalves, disse que o texto atual enquadra as empresas de TI na alíquota padrão do IBS e CBS, estimada pelo Ministério da Fazenda em 25,45%, o que, segundo ele, gera uma carga tributária muito alta para as empresas. Gonçalves alertou ainda que o setor é intensivo em mão de obra, empregando cerca de dois milhões de trabalhadores, e que a manutenção da alíquota pode levar as empresas a reduzir postos de trabalho.

Já o presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), Christian Tadeu, alertou que onerar esse setor pode desestimular a expansão das empresas, a criação de novos produtos, tecnologias e melhorias de serviços.

“O aumento de impostos no setor de tecnologia pode afetar os serviços oferecidos pelas empresas do segmento como serviços de internet, streaming, plataforma de e-commerce e aplicativos que podem sofrer reajustes em seus preços, impactando diretamente o orçamento doméstico do cidadão brasileiro”, disse. “Esse aumento de custo pode prejudicar o acesso

à informação, educação, entretenimento, cultura e oportunidade de negócios”, emendou Tadeu.

Para o presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Rodolfo Fúcher, a cobrança do imposto para o segmento como está no texto também afetará o segmento, formado em suas quase totalidade por micro e pequenas empresas que respondem por 93% da participação no setor. Segundo ele, a proposta atual levará ao fechamento de empresas, no aumento das demissões e perda de competitividade das empresas, resultando na diminuição do setor, na à economia nacional e também no cenário global.

“A reforma tributária pode aumentar o custo na tecnologia, diminuindo a competitividade do país, com maior peso para os pequenos empresários”, alertou.

Fúcher disse que esse cenário já é observado atualmente, com o recuo das empresas de softwares brasileiras no ranking internacional. Em 2020, o país ocupava o nono lugar no mercado internacional de softwares, caindo para a décima segunda posição em 2021 e décima quarta em 2022.

“A gente percebe que o Brasil está perdendo espaço na abstração de tecnologia ano a ano.

Na América Latina, a gente percebe o quanto o Brasil está perdendo de espaço e capacidade. Éramos, em 2020, 44% da região, e agora estamos com 37%”, lamentou.

O representante da Associação Brasileira de Internet (Abranet) Gilberto Luiz do Amaral disse que o setor de serviços digitais, TI e internet é um dos que mais investe na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Segundo ele, o setor tem relevância estratégica na economia do país e, segundo ele, a proposta atual terá impacto no acesso do cidadão aos serviços essenciais.

“Essa atividade é essencial para o país, e sendo essencial, ela deve ter a mesma isonomia que têm educação, saúde, transporte, para que a gente tenha um equilíbrio e não tenha um aumento tão grande na carga tributária. Caso contrário, teremos uma sociedade da desinformação, porque sem internet nós voltamos a saúde, educação, transporte para aquele modelo antigo”, defendeu Amaral, acrescentando ainda que a manutenção da alíquota seria para o governo “um tiro no próprio pé”.

“O governo não vive hoje sem internet e, se ele elevar a tributação, ele terá um aumento nos seus custos”, afirmou. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

ALTA MOGIANA AGRO S.A.
C.N.P.J. 31.937.012/0001-70 - NIRE 35300527585

EXTRATO ATA DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 20/07/2023, às 08h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. Luiz Octávio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovearam: 1) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2023, publicados no dia 12/07/2023 no jornal "O Dia/SP", nas versões impressa e digital. 2) a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 31.364.769,27, terá a seguinte destinação: R\$ 1.568.238,46 destinados à constituição de Reserva Legal, e R\$ 22.347.398,11 transferidos para a conta de Lucros Retidos. O valor R\$ 7.449.132,70, restante do lucro líquido, será igualmente incorporada à conta de Lucros Retidos. 3) a proposta de destinação do saldo da conta de Lucros Retidos no valor de R\$ 60.629.941,80. 4) foram reeleitos diretores: Diretor Superintendente: Luiz Octávio Junqueira Figueiredo; Diretor Administrativo: Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo; Diretor Comercial: Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo. Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 324.408/23-7 em sessão de 09/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ALTO ALEGRE AGRO S.A.
C.N.P.J. 32.075.683/0001-32 - NIRE 35300528221

EXTRATO ATA 5ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 21/07/2023, às 08h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo, Carlos Alberto Lanza, para secretariar. Aprovearam: 1) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2023, publicados no dia 12/07/2023 no jornal "O Dia/SP", nas versões impressa e digital. 2) a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 6.983.820,14, terá a seguinte destinação: R\$ 349.191,01 à constituição de Reserva Legal, e R\$ 4.975.917,85 transferidos para a conta de Lucros Retidos. Quanto à proposta de dividendos, R\$ 1.658.657,28, que representa o restante do lucro líquido, será incorporada à conta de Lucros Retidos. 3) a proposta de destinação do saldo da conta de Lucros Retidos no valor de R\$ 14.109.612,97, permanecerá na conta de Lucros Retidos. 4) reeleitos: Diretor Presidente: Lincoln Malheiro Junqueira Figueiredo; Diretor Superintendente: José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo; Diretora Vice Presidente: Vera Cecilia Junqueira Figueiredo Pogetti; Diretor Administrativo Financeiro: Carlos Alberto Lanza, brasileiro; Diretor de Controladoria: Ricardo Pereira Delavalle Pogetti; e Diretor de Produção: Álvaro Miguel. Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 315.929/23-6 em sessão de 07/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CENTRAL ENERGÉTICA ALTA MOGIANA S.A.
C.N.P.J. 36.328.479/0001-37 - NIRE 35300549139

EXTRATO ATA DA 4ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 20/07/2023, às 10h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. Luiz Octávio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovearam: 1) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2023, publicados no dia 12/07/2023 no jornal "O Dia/SP", nas versões impressa e digital. 2) a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 20.331.791,79, terá a seguinte destinação: R\$ 1.016.589,59 destinados à constituição de Reserva Legal, e R\$ 14.486.401,65 transferidos para a conta de Lucros Retidos. A proposta de dividendos, valor correspondente a R\$ 4.828.800,55, será igualmente incorporada à conta de Lucros Retidos. 3) a proposta de destinação do saldo da conta de Lucros Retidos no valor de R\$ 19.657.359,59, permanecerá na conta de Lucros Retidos. 4) foram reeleitos a diretoria: **Diretor Superintendente:** Luiz Octávio Junqueira Figueiredo; **Diretor Administrativo:** Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo; **Diretor Comercial:** Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo. **Jucesp** nº 325.060/23-0 em sessão de 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1025365-04.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Civil, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROSÂNGELA CAMPOS SILVA PIRES, RG 8.361.780, CPF 27139528837, que lhe foi proposta uma ação de Monitoria por parte de Instituto das Irmãs da Santa Cruz - Colégio Santa Maria, objetivando o recebimento de R\$ 75.685,24 (Oitenta e Cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), oriundos de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais (ano letivo 2016). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por edital, para que, em 15 dias, a fluir após o prazo de 15 (quinze) dias úteis, que será após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. - N. 17 e 18/08/2023.**

USINA ALTA MOGIANA S.A. AÇUCAR E ÁLCOOL
C.N.P.J. 53.009.825/0001-33 - NIRE 35300141539

EXTRATO ATA DA 29ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 20/07/2023, às 15h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. Luiz Octávio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovearam: 1) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2023, publicados no dia 12/07/2023 no jornal "O Dia/SP", nas versões impressa e digital. 2) a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 477.888.623,27, terá a seguinte destinação: R\$ 23.894.431,16 serão destinados à constituição de Reserva Legal, e R\$ 340.495.644,08, transferidos para a conta de Lucros Retidos. O valor R\$ 113.498.548,03, será igualmente incorporada à conta de Lucros Retidos. 3) a proposta de destinação do saldo da conta de Lucros Retidos no valor de R\$ 1.033.317.430,23. 4) foram reeleitos a diretoria: **Diretor Superintendente:** Luiz Octávio Junqueira Figueiredo; **Diretor Administrativo:** Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo; **Diretor Comercial:** Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo. Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 317.959/23-2 em sessão de 09/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

USINA ALTO ALEGRE S.A. AÇUCAR E ÁLCOOL
C.N.P.J. 48.295.562/0001-36 - NIRE 35300142969

EXTRATO ATA DA 28ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 21/07/2023, às 10h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo, Carlos Alberto Lanza, para secretariar. Aprovearam: 1) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2023, publicados no dia 12/07/2023 no jornal "O Dia/SP", nas versões impressa e digital. 2) a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 867.299.931,01, terá a seguinte destinação: R\$ 43.364.996,55 destinados à constituição de Reserva Legal, e R\$ 617.951.200,84 transferidos para a conta de Lucros Retidos. Quanto à proposta de dividendos, R\$ 205.983.733,61, do lucro líquido, será incorporada à conta de Lucros Retidos. 3) a proposta de destinação do saldo da conta de Lucros Retidos de R\$ 1.706.470.447,77, permanecerá na conta de Lucros Retidos. 4) reeleitos: Diretor Presidente: Lincoln Malheiro Junqueira Figueiredo; Diretor Superintendente: José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo; Diretora Vice Presidente: Vera Cecilia Junqueira Figueiredo Pogetti; Diretor Administrativo Financeiro: Carlos Alberto Lanza; Diretor de Controladoria: Ricardo Pereira Delavalle Pogetti; Diretor Agroindustrial: Álvaro Gil Miguel, e Diretor de Relações com o Mercado: Luiz Carlos Corrêa Carvalho. Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 315.933/23-9 em sessão de 07/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0643390-03.2012.8.26.0001. O(M) Juiz de Direito da 3ª Vara Civil, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a WERNER DIETMULLER, CPF 229.499.638-03, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Escola Educacional de Filosofia Ltda, objetivando seja julgada procedente, declarando o equipamento de áudio (simulador de voz) não em entrega, com a devida restituição do valor pago, e o crédito, condenando o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel. Caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. São Paulo, 19 de junho de 2023. 17/18**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº 1123533-72.2020.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviço Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Ziad Hussein Al Zein. 8ª Vara Civil do Foro Central da Capital/SP. 08º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1123533-72.2020.8.26.0100. O Dr. Henrique Dada Priva, Juiz de Direito do Foro Central da Capital/SP, faz saber a Ziad Hussein Al Zein (CPF: 008.761.759-57), que Hospital São Camilo - Santana lhe ajuizou ação de Cobrança de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 2.811,72 (dois mil e oitocentos e onze reais) do Recibo Provisório de Serviço nº 177748. Estando o requerido em lugar incerto, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. São Paulo, 17 de 18/08/2023.**

TUPI BARÃO INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/ME 29.918.833/0001-107 - NIRE 35300.514.521

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 e 16 de Agosto de 2023

Data, Horário e Local: Ao 14º dia do mês de agosto de 2023, às 16:00 horas, na sede social da Tupi Barão Investimentos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.023, conjunto 31, sala A, Jardim Paulista, CEP 01454-000, Convocação e Preenchimento: Dispensada as formalidades de convocação, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rafaela Nemann Amorim e secretariados pelo Sr. Marcelo Toledo Stenders. **Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: (i) o levantamento de balanço trimestral, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022 e (ii) a redução desproporcional do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, conforme prerrogativa prevista na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, em seu artigo 173, parágrafos no referido balanço, conforme previsto no artigo 15 do capítulo VI do Estatuto da Companhia e permitido pela lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, em seu artigo 204. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias na ordem do dia, resolverem os acionistas presentes, sem qualquer ressalva, aprovar, por unanimidade de votos (i) o levantamento do balanço trimestral referente ao período findo em 30 de junho de 2023, (ii) a redução desproporcional do capital social da Sociedade no valor de R\$ 1.554.895,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, mediante o cancelamento de 93.233 (noventa e três mil, duzentos e trinta e três) ações, sendo 50.000 (cinquenta mil) todas nominativas e em valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e 43.233 (quarenta e três mil, duzentos e trinta e três) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 33,66 (trinta e três reais e sessenta e seis centavos) cada uma, totalizando R\$ 1.454.895,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais), todas integralmente a serem restituídas ao acionista Protera BOP 2 Fundo de Investimento em Participações Multistratégia Investimento no Exterior, conforme prerrogativa prevista na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, em seu artigo 173. Fariao Juiz de Redução de Capital ora declarado, os detentores de ações da Companhia nos 30 de junho de 2023. O pagamento será realizado a partir do 01 de Setembro de 2023. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, de qual se lavrou a presente ata a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e vai por todos os presentes assinada. São Paulo, 14 de agosto de 2023. Rafaela Nemann Amorim - Presidente, Marcelo Toledo Stenders - Secretário.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº 1004378-86.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: Itau Unibanco S.A. Requerido: Chopp Center Z Sul. Comercio de Alimentos e Bebidas Ltda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004378-86.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Civil, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Regis de Castilho Barboza Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CHOPP CENTER Z SUL COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, CNPJ 1580751000140, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Itau Unibanco S.A. para o recebimento da quantia de R\$ 338.079,73 (janeiro de 2021), decorrente do inadimplimento do contrato SOB MEDIDA AVAL DEZ SUL, EM DIA, de nº 884260357407, entabulado entre as partes em 24/04/2020. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel. Caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. São Paulo, 08 de agosto de 2023. 17 e 18/08/2023**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº 1113417-70.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Pagamento. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Henry Salveira. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1113417-70.2021.8.26.0100. O Dr. Rogério de Camargo Amaral, Juiz de Direito da 2ª Vara Civil do Foro Central da Capital/SP, faz saber a Henry Salveira (CPF: 115.134.558-00), que Sociedade Beneficente São Camilo lhe ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 3.201,90 (outubro de 2021), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços, em razão de seu atendimento médico. Estando o requerido em lugar incerto, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. São Paulo, 08 de agosto de 2023. 17 e 18/08/2023.**

JERSE RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi prenotado sob nº 516.346, em 26.04.2023, representado em 20.07.2023, o Requerimento de 25 de abril de 2023, feito pela credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNP/JMF sob nº 00.360.305/0001-04, objetivando a intimação pessoal da fiduciante CAROLINE CANDIDO, RG nº 363247269-SSP/SP, CPF/MF nº 404.986.358-80, a qual se encontra em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificação do 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica desta Capital, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97, FICA ELA INTIMADA A COMPARECER neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito até a data de 19/07/2023, o valor de R\$-3.368,30, decorrente do instrumento particular de 06/07/2018, registrado sob o R.235 na Matrícula nº 130.982, mencionado na Av.1 da matrícula nº 132.997, referente ao APARTAMENTO nº 109, localizado no 1º pavimento do "SUBCONDOMÍNIO 2 - EDIFÍCIO SANTA EFIGÊNIA (Residencial)", integrante do empreendimento denominado Condomínio COMPLEXO JULIO PRESTES I, situado na Alameda Barão de Piracicaba nº 100, no 11º Subdistrito - Santa Cecília, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante, como também as despesas com publicação do presente Edital. Fica a FIDUCIANTE ciente de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, será considerada como INTIMADA e terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, recaído o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credor fiduciário. **ALERTA:- Decorrido o prazo para purgação da mora, a credora fiduciária restará a facultade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Conforme Provimento CGJSP nº 21-2019, o credor solicitou a publicação do edital em mídia eletrônica, desta forma, sendo publicado por 3 (três) dias consecutivos. São Paulo, 17 de agosto de 2023. O OFICIAL.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009974-92.2022.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Hospital São Camilo - Santana. Executado: Roberto Annovich. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009974-92.2022.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Civil, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Barboza de Freitas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROBERTO ANNOVICH, brasileiro, Solteiro, RG 02113014, CPF 762.407.708-68, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Hospital São Camilo - Santana, CNPJ 60.975.737/0012-04, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente a quantia de R\$ 306.886,13 (agosto/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de julho de 2023. 16 e 17/08/2023**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº 1002673-02.2021.8.26.0005. Classe: Assunto: Monitoria - Duplicata. Requerente: Vm. Rodrigues Combustíveis. Requerido: Bruno Varotto da Silva 41526631989. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002673-02.2021.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Civil, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO DE TARSSO DA SILVA PINTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a BRUNO VAROTTO DA SILVA 41526631989, CNPJ: 2339530000166, que lhe foi proposta uma ação de Monitoria por parte de Vm. Rodrigues Combustíveis, para cobrança do valor de R\$ 4.602,80 (fevereiro de 2021), decorrente das notas fiscais nºs 2.883, 2.946, 2.579 e 3.022. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel. Caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. São Paulo, 08 de agosto de 2023. 17 e 18/08/2023.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº 0009974-92.2022.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Hospital São Camilo - Santana. Executado: Roberto Annovich. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009974-92.2022.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Civil, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Barboza de Freitas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROBERTO ANNOVICH, brasileiro, Solteiro, RG 02113014, CPF 762.407.708-68, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Hospital São Camilo - Santana, CNPJ 60.975.737/0012-04, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente a quantia de R\$ 306.886,13 (agosto/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de julho de 2023. 16 e 17/08/2023**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº 1123533-72.2020.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviço Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Ziad Hussein Al Zein. 8ª Vara Civil do Foro Central da Capital/SP. 08º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1123533-72.2020.8.26.0100. O Dr. Henrique Dada Priva, Juiz de Direito do Foro Central da Capital/SP, faz saber a Ziad Hussein Al Zein (CPF: 008.761.759-57), que Hospital São Camilo - Santana lhe ajuizou ação de Cobrança de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 2.811,72 (dezembro de 2020), decorrente do Recibo Provisório de Serviço nº 177748. Estando o requerido em lugar incerto, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. São Paulo, 17 de 18/08/2023.**

JERSE RODRIGUES DA SILVA, Oficial do 2º Registro de Imóveis da Capital, faz saber aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que a Srª. GIOVANNA ARAUJO DI FRANCESCO, brasileira, solteira, mãe, advogada, portadora da cédula de identidade RG no 38.423.811-7-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob no 423.819.038-60 residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Paestra Itália, no 397, Perdizes, INSTITUIU, como lhe faculta o Código Civil Brasileiro, em seu artigo nº 1711 e seguintes, e ainda em conformidade com os artigos nºs 260 a 265 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos e a Lei nº 8.009 de 19 de março de 1990, BEM DE FAMÍLIA, sobre o imóvel de sua propriedade consistente em UM PRÉDIO RESIDENCIAL situado à Rua Paestra Itália, nº 397 (antiga Rua Turiaçu nº 1997), no 19º Subdistrito - Perdizes, nesta Capital, Distrito, Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, imóvel esse perfeitamente descrito e caracterizado na Matrícula nº 107.017 deste 2º Registro de Imóveis da Capital, encontrando-se o referido imóvel, cadastrado na Prefeitura do Município de São Paulo pelo contribuinte nº 022.030.0109-7, e ao foi atribuído o valor de R\$-765.648,00. Instituição esta, feita nos termos da escritura de 21 de julho de 2023 (Livro 1473, páginas 249/252) do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do 30º Subdistrito do Ibirapuera, desta Capital, Assim, se alguém se julgar prejudicado, deverá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data desta publicação, reclamar, com base na legislação própria, contra essa instituição, por escrito e perante o Oficial que esta subscreve, na sede do 2º Registro de Imóveis desta Capital, sito na Rua Vitorino Carmilo nº 576, Barra Funda, CEP 01153-000, nos dias úteis, no horário das 9:00 às 16:00hs. São Paulo, 17 de agosto de 2023. O Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1026464-46.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Civil, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando Rosscina Vaz da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Gianluca Valim, CPF 475.798.419-94, que lhe foi proposta uma ação Monitoria por parte de Editora Cered Centro de Recursos Educacionais Ltda., objetivando a cobrança de R\$ 1.394,99 (outubro/2019), oriunda do inadimplemento dos contratos de compra e venda de materiais didáticos, vendidos no ano letivo de 2016 ao filho do requerido. Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente a quantia de R\$ 44.537,14 (junho/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de junho de 2023. 17 e 18/08/2023.**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº 1123533-72.2020.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviço Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Ziad Hussein Al Zein. 8ª Vara Civil do Foro Central da Capital/SP. 08º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1123533-72.2020.8.26.0100. O Dr. Henrique Dada Priva, Juiz de Direito do Foro

Prates minimiza risco na exploração de petróleo na margem equatorial

Itamaraty diz que 22 países oficializaram pedido para entrar no Brics

O Ministério das Relações Exteriores informou que 22 países já manifestaram formalmente interesse em integrar o Brics, grupo formado “até o momento” por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O número foi apresentado na quarta-feira (16) pelo secretário de Ásia e Pacífico do Itamaraty, Eduardo Paes Saboia, durante um briefing sobre a viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará para África do Sul, Angola e São Tomé e Príncipe.

Em Joanesburgo, África do Sul, Lula participará, entre os dias 22 e 24 de agosto, da 15ª Cúpula do Brics. De lá, segue para Angola nos dias 25 e 26. Na sequência, visitará no dia 27 São Tomé e Príncipe, onde participará da 14ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Brics

De acordo com o embaixador Saboia, a reunião de cúpula do Brics contará com a participação de 40 chefes de governo ou de Estado dos continentes africanos e asiático, além de América Latina e Oriente Médio. Todos com presença já confirmada para esta que será a primeira reunião presencial pós pandemia. Saboia disse que apenas o presidente da Rússia, Vladimir Putin, participará de forma virtual do encontro.

O embaixador destacou algumas questões que deverão pautar a reunião entre os representantes do bloco. Uma delas, relativa à entrada de novos integrantes. “Serão discutidos critérios e princípios a serem adotados para embasar a entrada de novos membros no grupo”, disse.

Saboia lembra que este não é um tema novo. “Desde 2011 discute-se como seria a interação com países de fora do bloco. Foi então observada a necessidade de se organizar e estabelecer critérios”.

A guerra entre Rússia e Ucrânia, segundo o embaixador, deverá ser discutida apenas internamente, durante o chamado “retiro”, quando os chefes de Estado e de governo do Brics se encontrarão de forma fechada. “Certamente o tema será discutido de forma mais aprofundada do que deverá constar na declaração ao fim do evento”, antecipou Saboia.

Outra questão a ser discutida pelo grupo será o uso de moedas locais ou de uma eventual unidade de referência do Brics para transações comerciais.

“É provável que haja algum resultado nessa área”, antecipou Saboia, referindo-se aos planos para o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), mais conhecido como Banco do Brics. “Este é um ativo muito importante do bloco”, segundo Saboia.

Angola e São Tomé

Sobre a viagem a Angola, o embaixador disse que o encontro reforçará a parceria estratégica entre os dois países, que se desdobra em vários setores. “A Angola é um país importante no contexto africano, com o qual desde 2010 temos parceria estratégica e densidade de relações”.

Estão previstos encontros com o presidente angolano, João Lourenço; e com empresários angolanos e brasileiros. “Sessenta empresas brasileiras já confirmaram presença em um evento empresarial”, informou Saboia. Além disso estão previstas as assinaturas de atos e memorandos nas áreas de agricultura, processamento de dados, saúde e educação.

Em São Tomé, Lula participará da 14ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Saboia destacou o apoio mútuo que os países deste grupo costumam se dar em fóruns de decisões internacionais. (Agência Brasil)

Cobrado pelo senador do Amapá Lucas Barreto (PSD) para se empenhar na exploração de petróleo na margem equatorial brasileira, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou na quarta-feira (16) que esse é um processo que ainda está no início e minimizou os possíveis riscos ambientais de uma produção de petróleo naquela região. Segundo Prates, caso a licença ambiental seja favorável pode-se levar até oito anos para que a produção efetivamente comece.

O presidente da Petrobras participou na quarta-feira de audiência pública conjunta no Senado das comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo. Na ocasião, ele defendeu que houve uma exacerbação em torno do pedido da estatal para perfurar poços exploratórios próximos à costa da Amapá, como se a empresa fosse inaugurar a produção de petróleo na região.

“Isso já existe. Escoa petróleo pelo Rio Amazonas todos os dias chegando à refinaria de Manaus”, explicou. O Polo de Urucu, por exemplo,

explora petróleo na Amazônia desde 1986.

O presidente da Petrobras argumentou que, entre as explorações de petróleo na região, essa seria a menos arriscada. “Mesmo que venha a produzir sistematicamente, é a que tem menos potencial de causar danos e a que tem mais condições de gerar receitas governamentais e receitas para população local”, justificou ele, que prometeu “todo o empenho” para descobrir se há petróleo comercialmente viável na margem equatorial brasileira, que é a região que vai da costa do Amapá até o Rio Grande do Norte.

Prates acrescentou ainda que nunca houve vazamento em poços exploratórios feitos pela estatal, mas ponderou que na produção de petróleo esse tipo de ocorrência é possível. “Isso está sujeito a vazamento, em todas as empresas tem isso. A Petrobras tem histórico baixo de acidentes e incidentes de vazamento de petróleo”, completou.

Contudo, Prates lembrou que a região que a estatal quer perfurar fica a 170 quilômetros da costa do Amapá e a 580 quilô-

metros da foz do Amazonas. “Inclusive no processo de licenciamento isso está dito, que a possibilidade do óleo eventualmente vazado num sistema de produção, não de perfuração, encostar na costa é muito remota, muitíssimo remota, porque as correntes marítimas, ventos, tudo leva para o lado de Barbados país do Caribe. Isso não quer dizer que não temos que tomar cuidado, evidentemente”, concluiu.

Exploração e produção

Prates diferenciou a licença ambiental pedida pela Petrobras, que é para descobrir se há ou não petróleo na região, de uma futura licença para produzir o óleo. Caso descubra petróleo na região, será necessário fazer uma análise para saber se esse óleo é comercialmente viável.

“Aquela descoberta pode não ser comercial, tem no meio uma avaliação econômica”, explicou Prates, que lembrou que é preciso construir a infraestrutura para produzir petróleo em escala comercial. “Estamos falando aqui de pelo menos cinco a oito anos para ter o primeiro óleo

nessa área se a gente receber a licença nesse ano ou início do ano que vem”, completou.

Transição energética

Prates defendeu que a transição energética deve ser financiada pela exploração de petróleo. Segundo ele, a transição para uma economia com menos queima de combustível fóssil será lenta, devendo demorar uns 50 anos. Com isso, o presidente da Petrobras discordou do movimento internacional Just Stop Oil (Apenas Pare o Óleo, em português). Esse grupo defende a proibição de toda e qualquer nova licitação de exploração de petróleo para forçar uma transição energética mais rápida.

Para Prates, a transição energética não é ruptura energética. Ele criticou a tentativa de se proibir a exploração de petróleo em determinadas áreas para acelerar essa transição. “A transição energética para empresa de petróleo é uma metamorfose ambulante, tem que investir em petróleo para pagar a transição energética”, defendeu. (Agência Brasil)

Emissão de visto de turismo para brasileiros nos EUA cresce quase 40%

O jornalista Augusto Pignini (foto), de 36 anos, mora em São Paulo e quer conhecer a Califórnia, nos Estados Unidos. Mas, por causa da falta de visto de turista, teve que adiar a viagem. “Eu dei entrada em abril do ano passado, mas só tinha entrevista para o fim de agosto deste ano. Eu e minha mulher pretendíamos ir para os Estados Unidos no ano passado, mas, por causa dessa fila longa, a gente teve que adiar para o ano que vem”, conta.

Casos de longa espera como a do jornalista parecem estar diminuindo. No primeiro semestre de 2023, os Estados Unidos concederam 547 mil vistos para brasileiros. Um crescimento de 34,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Desses, 516,8 mil são destinados para turismo e negócios, 38,7% a mais que no primeiro semestre de 2022.

Os dados são de um levantamento feito pelo escritório de advocacia imigratória AG Immigration, que fica em Washington, com base em números do Departamento de Estado americano - equivalente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O advogado de imigração e sócio da AG Immigration, Felipe Alexandre, explica que parte desse aumento é em razão da ampliação do atendimento ao público feita pela embaixada e consulados dos Estados Unidos

no Brasil. Mas ele acrescenta que essa alta também é justificada “pela base de comparação, já que, em 2022, a emissão ainda estava se recuperando do período de quase dois anos em que ficou paralisada em razão da pandemia, que interrompeu os serviços imigratórios”.

O advogado acredita que a demanda reprimida pode fazer com que o ano termine “com o maior volume de vistos dos Estados Unidos já emitidos na história”.

De acordo com a pesquisa, o Brasil foi o terceiro país que mais recebeu vistos nos primeiros seis meses do ano, ficando atrás de México (1,3 milhão) e Índia (783,8 mil). Colômbia (261,5 mil) e China (254 mil) completam as cinco primeiras colocações.

Na sequência dos tipos de vistos americanos mais emitidos para brasileiros no primeiro semestre aparecem os para intercâmbio cultural e profissional, com 5,4 mil autorizações, e os de estudante, com 4,3 mil concessões.

Felipe Alexandre avalia que a desvalorização do dólar frente ao real ajuda o interessado em ir para o exterior, mas o efeito não é tão grande para explicar a procura pelos vistos “já que câmbio segue em patamares elevados, e os vistos que foram emitidos no primeiro

semestre deste ano foram solicitados ao longo de 2022, quando a moeda americana ainda estava mais cara”.

O economista e professor do Ibmec Gilberto Braga avalia que o dólar deva flutuar pouco abaixo dos R\$ 5, no cenário atual de queda de juros no Brasil e aumento nos países desenvolvidos. “Essa combinação faz com que parte dos investidores estrangeiros que têm dólar prefiram fazer investimentos em mercados mais seguros em detrimento de uma rentabilidade que começa a cair no Brasil”, pondera, acrescentando que o câmbio é muito volátil a notícias conjunturais, como relacionadas à guerra na Ucrânia e sobre o comportamento da economia de países como China e Estados Unidos.

Frente a essa expectativa de volatilidade, o economista sugere que pessoas que tenham planos de viagens nos próximos meses já adquiram a moeda estrangeira, em vez de esperar por mais desvalorização. “Sempre acho que a pessoa que tem um recurso e já está decidida a viajar, estando o preço dentro dos objetivos dela, deve comprar”, ressaltando que o uso de “dinheiro digital”, como cartões e celular costuma ser mais prático e seguro que a moeda física.

O brasileiro que tiver interesse em solicitar visto americano deve buscar agendamento no site da embaixada americana. Há representações em Brasília, Porto Alegre, no Recife, Rio de Janeiro e em São Paulo.

Cada modalidade de visto tem um prazo específico para concessão. Alguns levam poucos dias. A categoria de turismo e negócios é a que tem os maiores períodos de espera. Na quarta-feira (16), por exemplo, o prazo variava de 226 dias em Porto Alegre a 28 dias em Brasília. No site da embaixada americana há também informações sobre agendamento de emergência, em casos como a morte de um parente próximo, doença grave ou tratamento médico urgente nos Estados Unidos.

Alguns casos dispensam entrevistas na embaixada ou consulados. Por exemplo, para quem vai renovar o visto ou cujo documento expirou nos últimos 48 meses.

“Eu não sabia que o processo de renovação é menos burocrático que o de tirar um novo. Acabei dormindo no ponto e tive que pegar toda essa fila”, lamenta Augusto.

Os solicitantes com idade inferior a 14 anos ou superior a 79 anos também podem solicitar o visto sem uma entrevista. (Agência Brasil)

Programa da Prefeitura de SP dá até R\$ 42 mil para desenvolvimento de games

A Prefeitura, por meio da Agência São Paulo de Desenvolvimento - Ade Sampa, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, reforça a chamada para as inscrições no Programa de aceleração de negócios Sampa Games, voltado ao fomento do desenvolvimento de games na Capital.

O programa é focado em empresas e estúdios que desenvolvem soluções tecnológicas para o setor de jogos eletrônicos. Durante seis meses, os selecionados participarão de oficinas, mentorias, consultorias de pitch e ampliação e construção de uma extensa rede de networking, por meio da participação em eventos relevantes do setor nacional e internacionalmente.

O Sampa Games oferece, ao final do programa, um aporte financeiro de R\$ 42.500,00 para até 24 negócios que serão selecionados. Prorrogadas até domingo (20), as inscrições podem ser feitas pelo site.

Como pré-requisitos para participar da seleção, as empresas ou estúdios de games já devem atuar no mercado com a oferta de serviços ou produtos que tenham a tecnologia como base. Cada equipe selecionada

deverá ser composta por, no mínimo, dois membros, que deverão participar de, no mínimo, 85% das todas atividades propostas pelo programa. O responsável pela inscrição precisa ter mais de 18 anos e residir na cidade de São Paulo.

É importante ressaltar que para que a inscrição seja efetuada, é preciso preencher os dois formulários disponíveis no site do programa, o referente à inscrição e o do projeto. Antes de preencher o formulário de inscrição, o interessado deve também preencher as informações do planejamento orçamentário, que deverá ser anexado junto à inscrição. O arquivo está disponível no site.

Com o objetivo de disseminar a cultura e a educação empreendedoras, o Sampa Games busca fomentar a inserção de jovens empreendedores no ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo da capital paulista. Além disso, pretende estimular a geração de emprego e renda e o processo de desenvolvimento local dessas empresas e coletivos, para que possam ampliar o escopo de atuação e ganhar mercado, para competir com igual capacidade de eficiência entre todas as empresas deste setor.

CCJ do Senado deve votar reforma tributária em outubro, prevê relator

A reforma tributária deve ser votada no dia 4 de outubro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Essa é a previsão do plano de trabalho aprovado na CCJ - por unanimidade - na quarta-feira (16), em Brasília. Pelo cronograma, o parecer final do relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), deve ser apresentado no dia 27 de setembro.

Até lá, o relator previu a realização de oito audiências públicas divididas por temas. A primeira delas - estimada para próxima terça-feira (22) - vai apresentar um diagnóstico dos problemas do sistema tributário brasileiro e como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) lida com eles, relacionando-a com as melhores práticas internacionais. Entre os convidados, figura o atual secretário extraordinário da reforma tributária, do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

As demais audiências vão abordar os seguintes temas: Im-

pacto (da reforma) no setor de serviços; impacto na indústria; impacto no agronegócio e no cooperativismo; regimes específicos e diferenciados; Impacto sob a ótica dos estados; e impacto sob a ótica dos municípios.

Durante a discussão do plano de trabalho, o senador Espiridiano Amim (PP-SC) sugeriu a necessidade de se discutir o Conselho Federativo. Previsto na PEC que chegou ao Senado, o órgão ficaria responsável por fazer a gestão dos recursos do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS). O IBS deve substituir tributos dos estados e municípios.

O relator da matéria acolheu a sugestão e se comprometeu a realizar uma audiência pública para discutir o tema. “Imagino fazer esse debate nas audiências com relação aos estados e municípios, mas podemos fazer uma audiência específica sobre o Conselho Federativo”, informou.

Ao apresentar o plano de tra-

balho, o senador Eduardo Braga destacou que a reforma não deve estimular a competição entre brasileiros.

“Estaremos atentos para que a reforma tributária garanta o equilíbrio federativo e não vire palco de uma disputa fratricida entre brasileiros. Afinal de contas, queremos um Brasil igual para todos. Não vamos cair na armadilha de dividir os brasileiros. Por isso, não abriremos mão de analisar minuciosamente cada artigo da proposta, trabalharemos usando estudos técnicos do Ministério da Fazenda e do Tribunal de Contas da União”, explicou.

O relator também enumerou nove premissas que irão embasar o parecer. A primeira delas é a da neutralidade (não aumento de carga tributária).

Em seguida, estão as de redução das desigualdades sociais e regionais; simplificação; transparência; segurança jurídica; fortalecimento dos entes subnacionais e do pacto federativo;

e preservação da autonomia dos entes federados em relação à fixação da alíquota.

Eduardo Braga acrescentou a premissa de limitar as exceções tributárias diferenciadas “a partir de uma avaliação do custo benefício que leve em consideração parâmetros sociais, econômicos e tecnológicos”. O relator se refere aos regimes tributários diferentes do regular, como o do Simples Nacional ou a da Zona Franca de Manaus.

Além disso, o parlamentar se comprometeu em manter a “estrutura original da PEC que chegou ao Senado, em relação a não cumulatividade, tributação no destino, inclusão de parâmetros ambientais, alíquota uniforme em todo o território nacional, preservação do Simples Nacional e da Zona Franca de Manaus e, por fim, dos fundos de compensação e de desenvolvimento regional, com os devidos aperfeiçoamentos”. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos